

Assistencialismo, higienismo e educação civilizatória na história do Instituto de Protecção á Infância (BAHIA – 1903 a 1920)

ASSISTENTIALISM, HYGIENISM AND CIVILIZATION EDUCATION IN THE HISTORY OF AND CHILDHOOD PROTECTION AN ASSISTANCE INSTITUTE (BAHIA – 1903 TO 1920)

CÍNTIA BORGES DE ALMEIDA ^a

^a Professora da Universidade Estadual de Santa Cruz/ DCIE-UESC, BA: Ilhéus. Doutora em educação.
E-mail: cbalmeida@uesc.br

Rev. Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades, Teresina, v. 2, n. 1, p. 68-88, jan./abr. 2020

Resumo

Analisar e perceber representações de formação social nas narrativas presentes nos projetos de fundação e organização de instituições de assistência e proteção à infância da Bahia, debates publicados em notícias de jornais e revistas nas primeiras décadas da República consiste no objetivo deste estudo. Sua relevância para a historiografia da educação ancora-se na reflexão de que o debruçamento sobre o estudo proposto, observando as políticas de assistência, de saúde, de educação e a implementação das mesmas, sugere uma investigação sobre a participação de forças educativas públicas e privadas na configuração da organização da sociedade. O diálogo estabelecido com Gondra e Schueler (2008), Camara (2010), Pasche (2014), Gil (2016), entre outros, permite pensar que a organização da forma escolar moderna constituiu-se por intermediações de forças distintas, com representações do que se configuraria uma educação idealizada. Assim, justifica-se a pesquisa sobre as instituições de amparo às crianças pobres e desvalidas, com destaque para a experiência do *Instituto de Proteção e Assistência à Infância – IPAI*, na Bahia. A operação metodológica se apoia em discursos jornalísticos publicados em impressos que disseminaram as atividades e apontaram direcionamentos sobre os interesses do IPAI – BA, entre os anos de 1903 a 1920. Destacam-se: *Correio do Brasil*, *Revista do Brasil*, *Jornal Bahia Illustrada*, *A Notícia*, *Gazeta Médica da Bahia*, *Almanak Laemmert*, fontes significativas para compreender a participação de outras instâncias no processo de expansão da instrução, reconhecendo, assim, sujeitos e seus interesses no projeto de formação da sociedade baiana.

Palavras-Chave: Imprensa. Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Bahia. História da Educação.

Abstract

*The objective of this study is to analyse and perceive representations of social formation in the narratives present in the foundation projects and organization of institutions for the assistance and protection of children in Bahia, debates published in news in newspapers and magazines in the first decades of the Republic. Its relevance to the historiography of education is anchored in the reflection that addressing the proposed study, observing the assistance, health, education policies and their implementation, suggests an investigation into the participation of public and private educational forces in the configuration and society organization. The dialogue established with Gondra and Schueler (2008), Camara (2010), Pasche (2014), Gil (2016), among others, allows us to think that the organization of the modern school form was constituted by intermediaries of different forces, with representations of the that an idealized education would be configured. Thus, research on institutions that support poor and underprivileged children is justified, with emphasis on the experience of the Institute for Protection and Assistance to Childhood - IPAI, in Bahia. The methodological operation is supported by journalistic speeches published in print that disseminated the activities and pointed out directions on the interests of IPAI - BA, between the years 1903 to 1920. The following stand out: *Correio do Brasil*, *Revista do Brasil*, *Jornal Bahia Illustrada*, *A Notícia*, *Gazeta Médica da Bahia*, *Almanak Laemmert*, significant sources for understanding the participation of other instances in the instruction process, thus recognizing subjects and their interests in the formation project of Bahia society.*

Keywords: *Press. Bahia Child Protection and Assistance Institute. History of Education.*

Resumen

El objetivo de este estudio es analizar e percibir representaciones de formación social en las narrativas presentes en los proyectos de fundación y organización de instituciones para la asistencia y protección de los niños en Bahía, debates publicados en noticias de periódicos y revistas en las primeras décadas de la República de Brasil. Su relevancia para la historiografía de la educación está anclada en la reflexión de que abordar el estudio propuesto, observar la asistencia, la salud, las políticas educativas y su implementación, sugiere una investigación sobre la participación de las fuerzas educativas públicas y privadas en la configuración de la organización de la sociedad. Las aproximaciones creadas con Gondra y Schueler (2008), Camara (2010), Pasche (2014), Gil (2016), entre otras, nos permiten pensar que la organización de la forma escolar moderna estaba constituida por intermediarios de diferentes fuerzas, con representaciones de la que se configuraría una educación idealizada. Por lo tanto, la investigación sobre instituciones que apoyan a niños pobres y desfavorecidos está justificada, con énfasis en la experiencia del Instituto para la Protección y Asistencia de Niños - IPAI, en Bahía. La operación metodológica está respaldada por discursos periodísticos publicados en forma impresa que diseminaron las actividades y señalaron instrucciones sobre los intereses de IPAI - BA, entre los años 1903 a 1920. Se destacan: Correio do Brasil, Revista do Brasil, Jornal Bahia Ilustrada, The News, Gazeta Médica da Bahia, Almanak Laemmert, fuentes importantes para comprender la participación de otras instancias en el proceso de expansión de la instrucción, reconociendo así temas y intereses en el proyecto de formación de la sociedad bahiana.

Palabras clave: Publicaciones periódicas. Instituto de Protección y Asistencia Infantil de Bahía. Historia de la educación.

Introdução

Refletir, por via histórica, sobre o papel da educação, seja ela formal ou informal, torna necessário um movimento que permita reconhecer práticas educativas, projetos e reformas que podem ter influenciado os debates contemporâneos e as situações atuais que permeiam o cenário brasileiro. Ainda que se aproprie do entendimento alcançado por March Bloch (2001) de que a história não é estática, é possível encontrar elementos bastante similares entre as propostas para a formação da infância no início dos anos de 1900 e “outro tempo”, mais de um século depois, como nos dias atuais. A produção da história não pode ser pensada de forma deslocada de cada época. Contudo, ao verificar um contexto político marcado pela despublicização do ensino, enaltecido por políticas estatais “alimentadas” pelo terceiro setor pela disseminação de um discurso em torno da negação da responsabilidade do Estado em torno do bem-estar social – saúde, educação, cultura –, principalmente, para as camadas populares da sociedade, vou ao

encontro dos vestígios do passado para perceber suas implicações no meu cotidiano, inculcando um pensamento a respeito da participação das esferas públicas e privadas na constituição de políticas educativas para a infância pobre.

Ao longo do processo histórico brasileiro, notam-se, no debate educacional, as “funções” delegadas à educação. Nas últimas décadas do século XIX, orbitava a ideia de que a educação deveria civilizar o povo. “Civilização era, então, uma palavra que ecoava nos espíritos dos homens letrados como uma meta a ser alcançada” (ALVES, 2011, p. 27 apud ALMEIDA; SILVA, 2018, p.342). Por outro lado, os processos de escolarização contribuíram para construir o sentimento de nacionalidade e identidade no povo brasileiro. Ainda assim, apesar desse discurso também ser disseminado durante a República, foi possível observar uma suposta negligência do Estado frente à expansão da educação popular. Em alguns aspectos, nota-se uma redução de práticas de caridade e assistência que, a partir delas, também era possível observar o controle de corpos e mentes, supostamente, para o desenvolvimento social.

A busca pelos responsáveis pelas políticas sociais virá à tona nas páginas deste trabalho, permitindo acentuar os discursos dos “homens ilustres e ilustrados”, projetando um jogo que envolvia diferentes esferas em uma tentativa de “cuidar”, instruir e educar, empenhados na modernização do país, todavia, dentro de uma conformação almejada e que atendesse aos seus interesses. Nesse jogo, a infância pobre e desvalida ganhou centralidade, de modo que a fundação de escolas e de instituições educativas de assistência pode ser compreendida como estratégia adotada para organizar a sociedade brasileira em processo de formação e desenvolvimento e, ainda, para garantir a função higienista, disciplinar e civilizatória propulsionadas por tais experiências.

A partir das narrativas construídas nos jornais analisados, várias campanhas sociais, civilistas, higienistas, educacionais, se iniciavam com o intuito de solucionar “a chaga aberta”, cuidar do povo. Segundo Foucault (2008), a partir do conceito do governamentalidade, pode-se problematizar a ideia de que universalizar o acesso a determinadas práticas representa uma iniciativa de garantia de direitos. Para além dessa hipótese, podem-se ser perspectivadas as políticas de “assistencialismo”, de

“tratamento”, de “cuidado”, de “formação” como uma estratégia de governo dos outros, de controle dos sujeitos a partir da imposição de outras atitudes, derivadas da coação promovida por instituições públicas e/ou privadas, uma disputa pelos significados políticos e sociais a serem apagados ou realçados. Tais campanhas e associações educativas, no início republicano, propunham transformar o “Brasil”, recriando dispositivos e medidas capazes de solucionar os problemas verificados no Império, mas que permaneciam sem solução ou que se interessava dar selo de inovação.

Verifica-se que a Proclamação da República no Brasil anunciou um tempo promissor, marcado pelo discurso de mudança social, ordem, disciplina e progresso para a nação em transformação. Compreendendo esse cenário como um espaço de sociabilidade e de disseminação dos ideais republicanos, diferentes instituições provenientes de iniciativas públicas e particulares se organizaram e se colocaram como propulsoras de práticas educativas, se apoiando nos jornais e reconhecendo-os como um espaço propício para explicar o projeto republicano e atuar como um campo estratégico de disputa de poder.

Partindo deste pressuposto, o trabalho em questão tem como objetivo levantar indícios e perceber representações de formação social nas narrativas presentes nos projetos de fundação e organização de instituições de assistência e proteção à infância da Bahia, debates publicados em notícias de jornais e revistas nas primeiras décadas da República. Espera-se compreender a problemática acerca do papel de diferentes agências na constituição de um modelo de formação e na participação da vida da sociedade, de modo a se perceber a existência de diferentes infâncias e de um tipo de prática educativa para cada uma delas, destacando o grupo enfatizado, a infância pobre e desvalida.

Sua relevância para a historiografia da educação ancora-se na reflexão de que, ao observar as políticas sociais seja necessário ampliar o olhar para além da presença do Estado, incluindo na configuração da organização social, a participação de forças educativas públicas e privadas. Assim, estudos como os de José Gondra e Alessandra Schueler (2008), Aline Pasche (2014), Natália Gil (2016), entre outros, assinalam que a organização da forma escolar moderna constituiu-se por

Rev. Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades, Teresina, v. 2, n. 1, p. 68-88, jan./abr. 2020

intermediações de forças distintas, com representações do que se configuraria a escola idealizada. Nessa mesma direção, segundo Cíntia Almeida (2018), é necessário refletir sobre a existência de disputas entre essas forças plurais pela educação que utilizavam estratégias de poder e se inseriam em um jogo político, social, econômico em prol de um ideário de nação.

Contribuindo com esse ponto, Sônia Camara (2010) ajuda a pensar a participação de agências privadas no debate educacional. Por intermédio das instituições auxiliares ao professor, bem como das instituições de caráter assistenciais às crianças pobres, ampliou-se o poder de alcance das escolas, promovendo atividades complementares “firmando-se, assim, os fundamentos mediante os quais se daria a articulação da escola ao meio, alargando seu poder de alcance e de influência da criança” (CAMARA, 2010, p.135). Logo, justifica-se a pesquisa sobre as instituições de amparo às crianças pobres e desvalidas, com destaque para a experiência do *Instituto de Proteção e Assistência à Infância* – IPAI.

A análise dos jornais é de suma importância para a compreensão da participação de outras instâncias no processo de expansão da instrução, reconhecendo, para tanto, sujeitos e seus interesses no projeto de formação social. Com vista a dar aporte à pesquisa proposta, a operação metodológica sugerida se apoia em fontes jornalísticas, em impressos que disseminaram as atividades e apontaram alguns direcionamentos sobre os interesses do IPAI, principalmente, entre os anos de 1903 a 1920, ano da criação do IPAI – BA e do destaque delegação da Bahia no *1º Congresso Brasileiro de Proteção à Infância*.

Discursos e suas representações: o *Instituto de Proteção e Assistência à Infância* em pauta

O *Instituto de Proteção e Assistência à Infância* não foi a primeira associação da Bahia voltada para um público infantil específico. Fundado em 08 de setembro de 1903 (REVISTA DO BRASIL, 15/03/1912, p.09), antes e depois da sua experiência, outras instituições públicas e privadas assumiram a participação na

condução da vida de crianças, de um grupo social “desherdado de sorte” (JORNAL BAHIA ILLUSTRADA, 1921, p.08). Compreende-se que as mesmas atendiam a infância pobre e, em alguns casos, especificamente, a infância órfã e desvalida, sem amparo legal familiar (ALMEIDA; REBOUÇAS; BONFIM, 2019)². Nessa direção, foram localizadas na Bahia, entre o período de transição do século XIX e XX, assim como em suas primeiras décadas a Associação Protectora da Infância desvalida (REVISTA ALMANACK, 1899), a Sociedade Protectora dos desvalidos (REVISTA ALMANACK, 1903), a Sociedade do Centro Operário do Estado da Bahia (REVISTA ALMANACK, 1904); a Escola dos Filhos dos Pobres (O IMPARCIAL, 1939); a Legião Brasileira de Assistência (BOLETIM DA LBA, 1948), entre outras.

Contudo, para o trabalho proposto, interessa focar no estudo de caso da instituição IPAI – BA³, *Instituto de Protecção e Assistência à Infância*. A partir de indícios e sinais (GINZBURG, 2014) observados no cruzamento das notícias dos jornais verificados, o IPAI – BA foi mais uma instituição criada com fim assistencialista, já que as demais existentes não estavam sendo suficientes, tampouco, atendendo a demanda do contexto.

Nos discursos disseminados na imprensa, os membros responsáveis pela comissão de criação e organização do IPAI – BA foram convocados para uma conferência junto à Santa Casa de Misericórdia – valendo salientar que, a Santa Casa de Misericórdia era o espaço onde funcionava a Roda dos Expostos, acolhendo crianças abandonadas em sua primeira fase da infância –, sugerindo influência e prestígio social “aos olhos da sociedade da época”, caracterizada como uma importante associação que fundaria na tarefa e função de assistência à infância “pobre e abandonada” (CORREIO DO BRASIL 02/05/1904, p.01).

²A discussão sobre o *Instituto de Protecção e Assistência á Infância da Bahia* iniciou-se a partir da pesquisa realizada no Projeto de Pesquisa “Política, história e educação: instituições, intelectuais e educabilidade no processo de formação social”, pelos integrantes do Grupo de Pesquisa em Políticas e História da Educação – GRUPPHED/UESC. Como desdobramento, em parceria com as bolsistas Camila Rebouças e Raquel Bonfim, nós apresentamos um ensaio sobre a temática em questão no IV Encontro Estadual de Ensino de História/ANPUH-BA, em 2019.

³ A tese de Alane Santos (2016) propõe adentrar “o universo do instituto através de suas rotinas, práticas cotidianas e principalmente de suas ideologias que permitiram intervenção direta junto a vida social da população assistida”. Para tanto, a autora se apropria de fontes e registros “oficiais”, produzidos pelos próprios integrantes da associação: relatórios, teses médicas, estatuto, etc. Apesar da divergência na escolha do tipo de fonte, o trabalho é de suma importância para compreender a história do Instituto.

O reconhecimento público e social do IPAI – BA, também, pode ser observado pela parceria público-privado, entre os poderes públicos e a instituição supracitada, verificada pelo subsídio alcançado, publicado no Parecer n. 38, no qual as “Comissões de Instrução e Justiça” são favoráveis e interferem junto ao Conselho Municipal, deferindo a petição “do Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Bahia, em que [fosse] cedido o primeiro andar do edifício à Rua do Bispo, districto da Sé, para ser nele installado o mesmo Instituto” (CORREIO DO BRAZIL, 1903, p.02).

Mas, afinal, como se configurou o IPAI? Não se tratava de uma iniciativa exclusiva do estado da Bahia. Diferentes instituições de assistência à infância no Brasil fizeram parte de um projeto de sociedade, principalmente entre as décadas de 1880 a 1930, agindo na oferta da instrução e da “recuperação” das crianças à luz das concepções pedagógicas dominantes na época, entre elas, com fins de civilidade e controle social. Havia um interesse na intervenção disciplinar e educativa, bem como uma preocupação na ideologia higiênica (RIZZINI; PILLOTTI, 2009).

Na propagação de práticas educativas, higienistas e moralizantes, direcionadas a uma nova ordem social, segundo Kuhlmann (1998), cria-se o primeiro IPAI, em 24 de março de 1899, fundado pelo médico Arthur Moncorvo Filho, na cidade do Rio de Janeiro. O autor afirma que o surgimento do Instituto se deu, principalmente, a partir de preceitos higienistas, voltados para a saúde e o bem-estar da criança, tendo como ideia principal a proteção às crianças pobres, doentes, defeituosas, maltratadas e moralmente abandonadas, disseminando a elas noções de higiene infantil, bem como agindo na regulamentação do trabalho feminino e na tutela sobre crianças maltratadas ou em perigo moral (ALMEIDA; REBOUÇAS; BONFIM, 2019). No ano de 1909, o IPAI-RJ foi reconhecido como sendo de utilidade pública para a cidade e, até 1929, sua atuação já havia se expandido para 22 filiais no Brasil, sendo que 11 delas possuíam creches, uma das suas principais ações educativas. É o caso do *Instituto de Proteção e Assistência à Infância* da Bahia, “fundado em 08 de setembro de 1903” (REVISTA DO BRASIL, 30/10/1907, p.20) sob tal influência.

A ideia desses institutos, que se dedicavam a uma “caridade científica” e laica, encontrou, em sua experiência de instalação na Bahia, certas diferenciações a começar pela forte relação existente entre o IPAI – BA e o alto clero da igreja católica, importantes contribuintes da causa. Tal particularidade da experiência baiana pode ser percebida, ainda, pelo vínculo e a relação com as Casas de Misericórdia, expressando a mentalidade mais vinculada aos interesses morais e religiosos. Contudo, convergia com o Instituto carioca que lhe deu origem pelo reconhecimento e parceria com a imprensa e pelo apoio despendido por parte do Estado que chegou a aprovar a lei 1109, em que é “autorizado” a prestar “auxílio” ao IPAI-BA (A NOTÍCIA, 1915, p. 4), o que reforçou a cultura política na qual o aparelho estatal se eximia de responsabilidades diretas com as classes pobres, transferindo-as para a iniciativa privada, filantrópica, o que reforça a representação de um Estado colaborador pela via da subvenção de recursos auxiliares para as políticas educacionais.

Diferente do propósito de apresentar o Instituto a partir do seu estatuto, de fontes e registros produzidos pelos componentes dessa associação, o trabalho se interessa pela representação dada ao mesmo a partir dos discursos disseminados nos impressos do contexto republicano. Nessa direção, compreende-se o discurso como “debates de grande circulação, pronunciados e transmitidos por representantes sociais para a divulgação dos ideais nacionais que se desejava que se alastrasse e funcionasse como um mecanismo persuasivo, de convencimento” (ALMEIDA, 2012, p. 37). Com apoio no conceito foucaultiano reforça-se que o discurso, em geral, obedecia a certo número de regularidades internas, era avaliado pelo seu aspecto linguístico. No entanto, sua concepção define o discurso inspirado em “jogos estratégicos”, de “ação e reação”, de “dominação”, “esquiva” e de “luta” (FOUCAULT, 2001, p.09).

Assim, observou-se a divulgação dos pilares do IPAI – BA pelo jornal *Gazeta Médica da Bahia*, em 1903. Em matéria intitulada “Assistência e Protecção à Infância” iniciava a discussão sobre o que consistia a assistência, trazendo para o debate a assertiva de “que os poderes públicos e bem assim as associações particulares

deveriam ter constantemente presente ao espírito a necessidade do cumprimento exacto e completo dessa obrigação de solidariedade social” (GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 01/07/1903, p.478).

Solidariedade? Disseminava-se, em tom bem próximo aos observados nos discursos neoliberais atuais, a defesa da participação do setor privado na condução de políticas educacionais. Observe que, ao ser ventilado os ideais do IPAI, ainda que se convoque o dever público do Estado em sua oferta, o que se destaca, mais do que um direito social, é o carácter de cooperação das agências civis. Ao buscar explicar que a história pode ser compreendida como uma trilha a ser seguida pelo historiador, Sidney Chalhoub sinaliza que o fundamental em cada história abordada não é “descobrir o que se passou”. Primeiramente, interessa compreender “como se produzem e se explicam as diferentes versões que os diversos agentes sociais envolvidos apresentam para cada caso” (2012, p.40).

Nessa direção, os símbolos e as representações produzidas por Dr. Joaquim Tanajura e Dr. Alfredo Magalhães, fundadores do IPAI – BA são validados pelas relações sistematicamente repetidas que aparecem em diferentes versões e narrativas publicadas em jornais da época. Em uma delas, no jornal *Correio do Brazil* definia-se como se daria a arrecadação dos recursos financeiros que manteria o instituto supracitado. Com a colaboração da Comissão da Imprensa, da Comissão de Auxílios Officiaes e da Comissão de Donativos, a diretoria do *Instituto de Protecção e Assistência á Infância da Bahia* solicitava a doação de uma “quota das arrecadações das loterias distribuída pelos governos para as casas pias”. Reforçando a marca da parceria entre as esferas públicas e privadas requeria às diretorias das companhias de carros, “uma quota de um real de cada passagem cobrada em seus veículos”, salientando que já havia recebido resposta positiva “da digna directoria da Linha Circular” (CORREIO DO BRAZIL, 21/10/1903, p.02) e, tempos depois, declarando o recebimento da doação de seus cupons, bem como dos cupons “dos Trilhos Centrais” (IDEM, 10/04/1904, p.01).

Motivados pelo intuito de praticar “bondade, justiça e solidariedade”, no estado da Bahia, para servir de guia a todo indivíduo, lançava-se a ideia da criação do

Instituto de Protecção e Assistência á Infância da Bahia. No dia 14 de julho de 1903 foi convocada uma reunião e nela constituía-se uma comissão “composta pelos Drs. Joaquim Tanajura, Frederico Koch e Menandro Filho, encarregada de promover os meios para a instalação do instituto” (GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 01/07/1903, p.503). Juntamente à comissão foram nomeados, ainda, os nomes de Alfredo Magalhães, Augusto Couto Malta e Celso Espínola para “reverem, modificarem e adotarem ao nosso meio os estatutos, que deveriam ser modelados pelos do Instituto do Rio de Janeiro, do qual o da Bahia seria congenere” (IDEM, p.504), o que levou à formação da sua primeira junta administrativa, empossada em 12 de outubro de 1903, mês seguinte de sua fundação. Apesar do discurso divulgado, vale problematizar a sua representação. Chartier (1990) alerta sobre o cuidado necessário de se ter na análise e nas interpretações dos documentos, nos seus significados, nos recursos linguísticos neles aplicados, de modo que se compreenda que os discursos exprimem e procuram construir representações cujos efeitos não são totalmente controlados.

Assim, vale compreender as notícias em torno do estatuto do IPAI – BA. Um mês após sua escrita, no dia 15 de agosto do mesmo ano, houve sua aprovação no salão nobre do Instituto Geographico e Histórico da Bahia, de modo que o estado baiano “deu mais um passo no caminho do dever organizando os meios de combates os males que affligem as criancinhas do seu seio amavel” (GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 01/04/1904, p.504). Vale pensar acerca do espaço o qual aconteceu a cerimônia, lugar significativo e expressivo de circulação da intelectualidade e de homens de prestígio da época, podendo ser compreendido como um indício de autoridade e legitimação dos interesses por trás da existência do IPAI – BA.

Tratamento e caridade para os moribundos infantis

A Revista do Brasil, em 15 de março de 1912, parabenizava o IPAI – BA e seu diretor Dr. Alfredo Ferreira de Guimarães pela “caridade christã” despendida à infância desvalida, dando o tratamento que careciam, o conforto de que precisavam,

“aos moribundos infantis que em seus lares t[í]nham], apenas, o catre da penúria” (REVISTA DO BRASIL, 15/03/1912, p.09). A citação exposta permite que se inicie uma reflexão sobre quem eram os sujeitos atendidos pelos serviços da instituição de assistência, levando ao questionamento acerca das medidas ali adotadas para apagar, invisibilizar características, marcas, comportamentos e condutas não esperadas e desejadas em um projeto de formação e desenvolvimento social. Nesse aspecto, “os moribundos infantis”, conforme eram nomeadas essas crianças pela imprensa, consistiam nos sujeitos a serem modificados, cuidados e protegidos a partir dos serviços oferecidos que, supostamente, tratava da “defesa e proteção” ofertada “generosamente” pelos “homens patriotas capazes de compadecerem da sorte dos infelizes” (IDEM, p.09).

Em seu primeiro aniversário, os serviços do IPAI- BA foram noticiados em diferentes periódicos baianos. Entre eles, o *Correio do Brasil* trazia um breve senso, com destaque para os números de crianças assistidas pelos serviços médicos já instalados pela instituição. Entre os principais serviços oferecidos, o dispensário e a farmácia, mostravam-se numericamente satisfatórios os dados divulgados. O dispensário, em seu primeiro mês de funcionamento, em maio de 1904, já havia dado entrada ao “tratamento” de 587 crianças, embora o serviço médico e de fórmulas atingissem 1392 e 1606 atendimentos, respectivamente. O dispensário infantil dedicava-se às consultas gratuitas e internações às crianças, funcionando com atendimentos, tratamentos para medicina de “moléstias internas e cirurgias”, odontologia (moléstias dos dentes e da boca), ophtalmologia (moléstias dos olhos), “além do serviço gratuito de farmácia” (REVISTA DO BRASIL, 15/03/1912, p.09).

Os serviços e o programa implementados pelo IPAI- BA ganharam repercussão no II Congresso Internacional de Gostas de Leite, realizado na Bélgica, entre 12 a 16 de setembro de 1907. Pela participação Dr. Alfredo Ferreira Magalhães, diretor do instituto, os jornais do estado da Bahia publicaram seu discurso em francês, descrevendo o atendido e as ações da instituição. Em 1907, o IPAI - BA já contava com outros serviços além dos expostos em seu primeiro

aniversário, a partir do Programa do dispensário e da farmácia. O instituto possuía o “Protectorado de berço”, obra destinada a vestir “hygienicamente” os recém-nascidos pobres, bem como possuía a obra “Assistência maternal no domicílio”, voltada para proteger as crianças “prestando assistência médica á mulher 30 dias antes do parto, no parto, e 30 dias depois deste” (REVISTA DO BRASIL, 30/10/1907, p.20), assim como instituiu o serviço de vacinação contra a varíola para crianças “que lhe [eram] apresentadas” (IDEM, 15/03/1912, p.09).

Apesar do direcionamento inicial, mais voltado aos serviços médicos e às questões higienistas, havia um debate sobre a função educativa do IPAI – BA nos discursos noticiados pelos jornais. Era comum observar uma desqualificação na capacidade de criação e cuidado das famílias dos assistidos e uma valorização nas ações formativas da instituição, de modo a ressaltar “a sua alta finalidade educativa que impunha “magníficos resultados”, a partir de orientações precisas no sentido da realização de palestras, de demonstrações, de visitas domiciliares, entre outros. Assim, justificava-se o papel do IPAI – BA, bem como se buscavam argumentos para se alcançar mais subsídios e intervenção dos poderes públicos diante das políticas higienistas, de saúde e educação que se consolidavam por via do assistencialismo.

Em seção destinada a apresentar as diferentes associações, agremiações, sociedades, clubes, instituições beneficentes, de assistências privadas, organizadas e instituídas no estado da Bahia, o *Almanak Laemmert*, no ano de 1911, trouxe uma breve descrição sobre a criação e o funcionamento do *Instituto de Protecção e Assistência á Infância da Bahia*. Entre alguns pontos já destacados, é possível compreender sua organização financeira, composta diferentes classes de sócios, o que permite comprovar a participação pública e privada em sua atuação. Nesse sentido, a partir de “sócios efectivos, protectores, honorarios e beneméritos”, o periódico divulgava a arrecadação das cotas das loterias (recurso público) e as cotas dos cupons das empresas de transporte e de outros empresários do estado (recurso privado) como doações efetivas; as contribuições de “senhoras e cavalheiros” como sócios beneméritos e protetores; e, ainda, como sócios honorarios enfatizava-se a

participação das autoridades superiores do Estado, os altos representantes do Clero e alta sociedade que, “pelo seu prestígio podem concorrer com o engrandecimento do instituto” (ALMANAK LAEMMERT, 1911, Ed.068B, p.2490).

A participação de três grupos específicos na organização financeira pode ser notada como indício das ações e dos interesses desenvolvidos a partir do IPAI – BA, o que sugere um forte apelo religioso, moral e de formação civilizatória para os assistidos pela instituição de caridade: cuidados médicos, mas também, cuidados “com a alma”, uma preocupação em “salvar” as crianças e mães atendidas de uma cultura familiar compreendida como “desventurada”. Para tanto, a casa de caridade, “templo elevado pelo amor de Cristo” – informações examinadas que apontam a influência religiosa em seu compromisso social –, por via de “homens patriotas” assumiam o compromisso de “proteger a infância desvalida” e, de “mão aberta”, compadecer “da sorte dos infelizes” (REVISTA DO BRASIL, 15/03/1912, p.09).

Os indícios que foram enfatizados a partir de diferentes notícias sobre as intenções e o projeto social desenvolvido pelo IPAI – BA permitem a reflexão sobre o discurso que envolve a caridade em diferentes projetos políticos, principalmente, os de cunho nacionalista. O período republicano, contexto histórico no qual se localizam as ações do instituto, principalmente a partir da década de 1910 deve ser assinalada, visto que se caracteriza por uma fase de desestabilização social e desequilíbrio no sistema político. Logo, apontam-se, ali, princípios fundamentais disseminados por agentes sociais em disputa pela construção de uma identidade nacional imaginada, tal como sugere Benedict Anderson (2008), ao refletir sobre a origem e a difusão dos diversos nacionalismos ao longo da história moderna e contemporânea. Nesse ideário, há uma forte preocupação com a formação do brasileiro.

Para se pensar os discursos que rondavam uma suposta preocupação com a formação da identidade do brasileiro, as autoras Cíntia Almeida e Márcia Cabral da

Silva (2020) se apoiam nas narrativas expostas por Olavo Bilac, no conto *A Civilização*⁴.

Ao ser indagado por seu filho sobre o sentido de homem civilizado, chama a atenção o modo como o pai, narrador, descreve o que entende por civilização a par de orientações dirigidas ao discípulo acerca do projeto nacionalista em curso. Enfatiza, por um lado, o progresso humano por meio do trabalho, “garantia de um futuro cada vez maior” (BILAC, 1931, p. 56). O projeto civilizatório diz respeito, por outro lado, e, segundo o narrador, a um esforço coletivo, baseado no amor e na bondade, capaz de nivelar todos os homens. Além desses princípios, nota-se do mesmo modo a ênfase no sacrifício do bem individual pelo bem comum. Trata-se de valorizar o amor à terra em que se nasceu e de se reconhecer a herança das gerações passada (ALMEIDA; SILVA, 2020, p.113). Nesse sentido, reconhece-se o instituto a partir desse esforço coletivo, que, “sob os auxílios carinhosos de homens educados” atuavam em nome “do amor e da caridade christã” (REVISTA DO BRASIL, 15/03/1912, p.09).

⁴ O poeta carioca transitou por áreas como o jornalismo, a política e a educação. Foi um dos fundadores da Academia Brasileira de Letras e de diferentes jornais. Autor do Hino à bandeira, destacou-se na campanha cívica, a qual tinha como uma das principais pautas o serviço militar obrigatório e que culminou na criação da Liga da Defesa Nacional, em 1916. Ver: ALMEIDA (2018). Rev. Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades, Teresina, v. 2, n. 1, p. 68-88, jan./abr. 2020

Figura 1: Grupo de Beneficiados pelo *Instituto de Protecção e Assistência á Infância da Bahia*.



Fonte: Revista do Brasil, acervo da Hemeroteca Digital Brasileira.

A imagem publicada, juntamente com outras que apresentam o prédio da instituição e o seu diretor, podem ser compreendidas como representações de uma narrativa que se desejava construir em torno do campo de atuação do IPAI – BA. Alguns elementos da imagem, possivelmente, são símbolos assumidos por um contexto em transformação. Nesse sentido, José Murilo de Carvalho (2009) ajuda a pensar esses signos idealizados pela República, um imaginário forjado a partir de alguns elementos representados. A partir da foto, sinaliza-se o uso das vestimentas de cor branca utilizadas pela maioria dos sujeitos capturados pela imagem. Amplamente utilizado na arquitetura moderna, nas obras de arte e na moda do final do século XIX e XX, ornamentos brancos eram utilizados para expressar leveza, aspectos de saúde e limpeza e, ainda, representar a ideia de pureza e disciplina daqueles que se vestem com a cor branca. Cumprindo tais intenções, passa a ser a cor simbólica das vestimentas utilizadas pelos profissionais da saúde, por exemplo, podendo compreender a indumentária como forma de reconhecimento e expressão (BARTHES, 2005). Com essa perspectiva, o uso de roupas brancas pelas crianças

Rev. Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades, Teresina, v. 1, n. 3, p. xxx-xxx, set./dez. 2019

beneficiadas permite induções a partir de uma imagem idealizada a ser construída: uma infância pura, saudável, sem desvios morais, de caráter e de disciplina.

A construção de uma identidade imaginária para as crianças pobres e desvalidas pode ser observada no pronunciamento do governador do estado. A relação entre a assistência oferecida a partir dos serviços do IPAI – BA e as supostas “íntimas ligações com o futuro da pátria” é evidenciada no discurso de Antônio Ferrão Moniz de Aragão, em mensagem apresentada à Assembleia Geral Legislativa, em 1917. Nela, por via dos cuidados com a saúde, da educação física, da moral e conduta dos corpos e almas dos filhos da pátria, seria possível engrandecer a nação. Pelo “socorro a criança desde os primeiros anos de existência” compreendia-se o desenvolvimento e a organização nacional. Partindo deste pressuposto, a mensagem destacava o compromisso social do Instituto de Protecção e Assistência á Infância da Bahia, a partir de programas médicos, de consultas e orientações, de assistência à maternidade, de farmácia e medicamentos, mas também, propondo fundar um hospital específico para os cuidados infantis, bem como “escolas ao ar livre” (ARAGÃO, 1917, p.37-38). Saúde e educação, corpos e mentes em formação dentro de um projeto de assistência e desenvolvimento social. Para levantar tal bandeira, em seu discurso, o governador anunciava a escolha do nome do Dr. Alfredo Magalhães, um dos fundadores do IPAI – BA, para representar a Bahia “no Congresso de Crianças” – *1º Congresso Americano da Criança* – por sua tese para discutir “o delicado problema de assistência ás crianças” (IDEM, 1917, p.37-38).

O papel do IPAI – BA também foi enaltecido nos preparativos do *1º Congresso Brasileiro de Protecção á Infância*. Entre os institutos noticiados pelo jornal *A Manhã* destacou-se o envolvimento das comissões das filiais dos IPAIs espalhadas pelo Brasil: Rio Grande do Sul, Rio Grande do Norte, Paraíba, Mato Grosso, Amazonas, Acre, Pará, Santa Carina e Sergipe, além da Bahia. Entre os 1457 congressistas “arregimentados”, 812 se tratavam de congressistas vinculados às adesões provenientes dos IPAIs, que, por influências das amplas atividades ordinárias de Alfredo Magalhães, o IPAI – BA teve a maior delegação de todas as citadas, “com o maior número de adesões” (A MANHÃ, 17/07/1920, p. 4).

O prestígio atribuído ao nome do diretor do IPAI – BA, assim como às ações desenvolvidas a partir do instituto fez com que, constantemente, os jornais baianos divulgassem notas e artigos descrevendo, enaltecendo, apoiando seu propósito, ainda que para isso fossem, diversas vezes, feitas menções ao público assistido desqualificando as “mães pobres”, “as crianças miseráveis”, “seus lares imundos”, “a infeliz sorte” de nascença e vida dos assistidos pela “mão aberta” de homens e mulheres patriotas, embora não fossem discutidas as questões econômicas e sociais das camadas populares, reconhecendo-as como um problema político, de responsabilidade do Estado e não da “caridade” de quem os invisibilizam enquanto sujeitos sociais.

Considerações finais

Pensar o *Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Bahia* permite revelar os traços ideológicos que compunham a formação de uma emergente República que se propunha representar a ruptura com a velha ordem imperial, mas, sobretudo, estava orientada pelos princípios do desenvolvimento. O sanitarismo e eugenismo eram componentes básicos da concepção republicana de “progresso” no Brasil e, entre outras finalidades, atendia às pretensões de apaziguamento das classes sociais consideradas perigosas e uma hipotética coesão nacional.

À luz de se pensar a função social da associação, observou-se, cada vez mais, uma articulação social entre os setores públicos e privados em uma tentativa de apelo e sensibilização da sociedade para a causa das criancinhas, embora, mais do que preocupação com o indivíduo, o instituto demonstrava interesse em sanar a condição “amoravel” em que as mesmas viviam, compreendendo esse público como parte das classes perigosas que se precisava conformar a partir de “tratamentos”, novos hábitos e condutas.

A peculiaridade que acompanha a instalação dos IPAIs, e, que foi parte do interesse da investigação proposta, consiste em reconhecer seu fundamento de orientação assistencialista e médica interferindo diretamente na composição de um

ideário educativo no qual a razão médica deveria prevalecer sobre as diversas formas de organização da cidade e dos indivíduos (CAMARA, 2014). De forma mais ampla, foi interesse pensar tal Instituto imbricado na construção de políticas de formação social e de uma concepção de infância pensadas por sujeitos não vinculados diretamente à esfera educativa ou religiosa, neste momento, mas, profissionais de saúde e juristas oriundos das classes hegemônicas.

Nesse sentido, a pretensão foi produzir um trabalho que suscite refletir sobre a produção de políticas distintas, que são destinadas para a formação de setores específicos da sociedade e que traduzem, por seus métodos e ideologias, um projeto social que concebe uma educação com determinados fins para as classes populares – a partir da tríplice moral, saúde e religião inserida em um projeto de educação – e outra com distintos objetivos para outro grupo social partícipe da elite econômica e/ou cultural da época, possibilitando, por conseguinte, apontar estereótipos, expectativas e a tentativa de manutenção de uma ordem social desigual, porém ordeira e em vias de “progresso”.

Referências

ALMEIDA, Cíntia Borges de. *Um país de poucas letras? Experiências de educabilidade, instrução obrigatória e analfabetismo na “Cidade Maravilhosa” (1900-1922)*. 367f. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro: UERJ, Rio de Janeiro, 2018.

_____; SILVA, Marcelo Gomes da. O analfabetismo em debate: o lugar do sujeito no processo (des) construção da nação. *Interfaces da Educação*, 2018, v. 9, p. 325-349.

_____; SILVA, Márcia Cabral da. Em resgate da honra, dos valores familiares e do fortalecimento da nação: Liga da Defesa Nacional. *Práxis Educacional* (ONLINE), 2020, v. 16, p.112-139.

ANDERSON, Benedict. *Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*. Tradução Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

BARTHES, Roland. *Imagem e Moda*. Trad. Ivone Benedetti. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BLOCH, M. *Apologia da História ou o ofício de historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

Rev. Caminhos da Educação: diálogos, culturas e diversidades, Teresina, v. 2, n. 1, p. 68-88, jan./abr. 2020

CAMARA, Sônia. *Sob a guarda da República: a infância minorizada no Rio de Janeiro da década de 1920*. Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

CAMARA, Sonia. A arte de educar e prevenir crianças: as Conferências de Higiene Infantil do Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro (1901-1907). In: CAMARA, Sonia (org.). *Pesquisa (s) em história da educação e da infância*. Rio de Janeiro: Quartet, 2014.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. 19.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

CHALHOUB, Sidney. *Trabalho, lar e botequim*. 3.ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2012.

CHARTIER, Roger. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 2001.

_____. *Ditos & Escritos II* (Arqueologia das Ciências e História dos Sistemas de Pensamento). Trad. Elisa Monteiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GIL, Natália. “Pequenos focos de luz”: as escolas isoladas no período de implantação do modelo escolar seriado no Rio Grande do Sul. *Revista Brasileira de História da Educação*. Maringá: PR, v. 16, n. 2, abr./jun. 2016, p. 261-284.

GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história*. 2.ed. Tradução Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

GOLINELLI, Juliane Rembis Costa. *A Cruzada pela Infância – O Instituto de Proteção e Assistência à Infância do Rio de Janeiro*. IV Seminário Internacional de Representações Sociais, Subjetividades e Educação. Curitiba/PR, UFPR, 2017. Disponível em: http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/25381_14202.pdf. Acesso em: 12/ Maio de 2018.

GONDRA, José; SCHUELER, Alessandra Frota. *Educação, poder e sociedade no Império brasileiro*. SP: Cortez, 2008.

KUHLMANN JÚNIOR, Moysés. *Infância e educação infantil: uma abordagem histórica*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PASCHE, Aline de Moraes Limeira. *Entre o Trono e o Altar: Sujeitos, Saberes e Instituições escolares na Capital do Império (1860-1880)*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade do Estado do Rio de Janeiro: UERJ, 2014.

RIZZINI, Irene; PILOTTI, Francisco (Org.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

SANTOS, Alane Carvalho. *O Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Bahia: uma instituição educativa de assistência e saúde (1900-1920)*. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal da Bahia: UFBA, Salvador, 2016.

SANTOS, André Araújo dos. *Quem ampara a infância trabalha pela pátria: o Instituto de Proteção e Assistência à Infância da Bahia pela criança e pela pátria - 1903-1923*. XXVII Simpósio Nacional de História. Natal, 2013.

Jornais:

ALMANAK LAEMMERT, 1911, Ed.068B, p.2490.

A MANHÃ, 17/07/1920, p. 4.

A NOTÍCIA, de 29 de abril de 1915, p. 4.

CORREIO DO BRAZIL, 21/10/1903, p.02.

_____, 02/05/1904, p.01

GAZETA MÉDICA DA BAHIA, 01/07/1903, p.478

_____, 01/07/1903, p.503

_____, 01/04/1904, p.504

JORNAL BAHIA ILLUSTRADA, 1921.

REVISTA DO BRASIL, 30/10/1907, p.20

_____, 15/03/1912, p.09

MENSAGEM APRESENTADA À ASSEMBLEIA GERAL LEGISLATIVA.
Governador Antônio Ferrão Moniz de Aragão. Bahia, 1917, p.37-38.

RECEBIDO: 02/01/2020
APROVADO:02/02/ 2020